



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

ATA N.º 13/2018/CONSUP/IFTO, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

1 Ata da quarta reunião extraordinária de dois mil e dezoito do Conselho Superior do
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia
3 vinte e cinco de setembro de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, no
4 Auditório I da Reitoria do IFTO, na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra
5 duzentos e dois Sul, conjunto um, lote oito, Palmas, Estado do Tocantins, reuniu-se,
6 sob a presidência do magnífico reitor, Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do
7 IFTO, composto pelo reitor, como presidente; pela representação de um terço do
8 número de *campi* destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o
9 máximo de cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação de
10 um terço do número de *campi* destinada ao corpo discente, e igual número de
11 suplentes; representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores
12 técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes
13 e igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de
14 suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual número de suplentes; por
15 dois representantes do setor público e/ou empresas estatais designados pela Secretaria
16 de Educação Profissional e Tecnológica; um representante e um suplente do
17 Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e
18 Tecnológica; representação de um terço dos diretores-gerais dos *campi*, sendo o
19 mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de suplentes. Foi registrada a
20 presença dos representantes do Colégio de Dirigentes Cristiano Fernandes Mateus,
21 primeiro titular; Marcelo Alves Terra, segundo titular; Nayara Dias Pajeú
22 Nascimento, terceira titular; Mírian Peixoto Soares da Silva, quarta titular; dos
23 representantes dos servidores docentes Carina Aparecida Lima de Souza, primeira
24 titular; Cláudio de Sousa Galvão, segundo titular; Marcus André Ribeiro Correia,
25 terceiro titular; dos representantes dos servidores técnico-administrativos Diogo
26 Carvalho dos Santos, primeiro titular; Rafael Pereira Soares da Rocha, segundo
27 titular; Wily Rosário da Silva, terceiro titular; William de Sousa Dias, quarto titular;
28 dos representantes dos discentes Fernando de Paula e Silva, primeiro titular; Rafael
29 de Jesus Costa, segundo titular; Milene Ana Silva Araújo Wermuth, terceira titular;
30 Ramon de Castro Silva, primeiro suplente; Luís Henrique Cirqueira da Silva, quarto
31 suplente; dos representantes dos egressos Estéfane Lara Lopes Rodrigues, primeira
32 titular; Miquéias Alves da Rocha César, segundo titular; da representante da
33 Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do
34 Estado do Tocantins – Fetaet –, Ruth Caetano Cardoso, titular; do representante da
35 Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura
36 – Seden –, Lucas Nunes Rodrigues; do representante do Sindicato dos Trabalhadores
37 em Saúde no Estado do Tocantins – Sintras –, Getúlio de Sousa Araújo, titular; do
38 representante do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Estado do Tocantins
39 – Sinduscon – TO – Clerson Dalvani Reis, primeiro titular; do representante da

40 Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agricultura e Agropecuária – Seagro –,
41 Thadeu Teixeira Júnior; da representante da Secretaria do Conselho Superior em
42 substituição, Kelly Cristina Rocha Azarias. Inicialmente, o presidente agradeceu a
43 presença de todos, conferiu o quórum e declarou aberta a sessão. Na sequência,
44 recordou aos conselheiros o motivo do envio das duas convocações para a mesma
45 data, 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior, com pauta única, deliberando
46 acerca de alteração do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e
47 Tecnologia do Tocantins, e 3ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, com os
48 demais pontos. Explicou a dinâmica da realização das duas reuniões e também a
49 exigência legal para alteração do Estatuto, que só pode ser modificado em reunião
50 específica. Informou que foi solicitado aos conselheiros, com o devido acesso à
51 documentação referente ao Estatuto, que fizessem sua leitura, e esclareceu o histórico
52 das alterações apresentadas. Explanou que há cerca de dois anos foi constituída uma
53 comissão para revisão dos documentos institucionais, entre eles o Estatuto. Salientou
54 que as sugestões de alterações do documento são frutos do resultado do trabalho
55 desta comissão, que revisou o documento, ficando pendente o seu encaminhamento
56 para deliberação do Consup. O presidente do Conselho justificou também o volume
57 de alterações, principalmente no tocante à inclusão da nomenclatura *Campus*
58 Avançado, e o reconhecimento dessas unidades dentro do Estatuto, que até então não
59 as reconhecia. Frisou que o Estatuto original do IFTO não reconhecia essas três
60 unidades integradas por último, e este reconhecimento junto à questão da dinâmica
61 das eleições foram a base para a proposta de alteração. Antonio esclareceu a dinâmica
62 dos *campi*, em que o diretor-geral é eleito conforme legislação, e dos *campi*
63 avançados, que possuem outra característica: o diretor-geral é chamado de diretor em
64 virtude das atribuições possíveis de serem desempenhadas nessas unidades por não
65 possuírem autonomia administrativa; havia necessidade, portanto, de serem
66 caracterizadas essas distinções no Estatuto. Além desse trabalho realizado pela
67 comissão, foi feita uma nova alteração no que diz respeito à estrutura organizacional
68 da unidade Reitoria, que também já está prevista no Estatuto, principalmente com
69 relação à nomenclatura das pró-reitorias e à criação da unidade de correição – a
70 Corregedoria Setorial, estrutura também adicionada e compatibilizada com a proposta
71 de Regimento Geral, que será deliberado na próxima convocação. Antonio passou a
72 palavra aos conselheiros que quisessem se manifestar e sugeriu que todos, no
73 primeiro momento, dissessem o nome e o segmento representativo e fizessem sempre
74 uso do microfone para facilitar a identificação no áudio ao transcrever a ata. O
75 conselheiro Wily, representante dos servidores técnico-administrativos, terceiro
76 titular, saudou todos os presentes, informou que fez uma pesquisa em alguns
77 estatutos, inclusive o do Instituto Federal do Pará – IFPA –, e sugeriu incluir o
78 Conselho Superior do IFTO – Consup –, como uma instância recursal das decisões da
79 comissão central referente ao resultado eleitoral. Instruiu que nos julgamentos
80 recursais emitidos pela comissão eleitoral central referentes ao resultado final do
81 processo eleitoral cabe recurso ao Conselho Superior, como consta no Estatuto. A
82 deflagração e a determinação das regras do processo eleitoral são definidas pelo
83 Consup e para evitar situações pelas quais passaram os colegas que presidiram as
84 comissões anteriores e que fizeram um trabalho excelente, voluntário e realmente
85 trabalhoso, pois sabe-se como é o clima das eleições, o conselheiro defendeu a ideia
86 de que no Estatuto deve constar a prerrogativa do Consup como instância recursal do
87 servidor no quesito dos julgamentos recursais emitidos pela comissão eleitoral
88 central. O conselheiro frisou sua sugestão de uma avaliação em instâncias
89 administrativas para diminuir alguns desvios ou erros que, eventualmente, possam

90 acontecer por questões partidárias, recomendando que isso esteja nos regulamentos.
91 Salientou que tanto no Estatuto como em todos os outros regulamentos eleitorais
92 aprovados deve-se constar essa prerrogativa. Em seguida, solicitou que o presidente
93 esclarecesse melhor a criação das diretorias sistêmicas, justificasse sua existência e o
94 porquê de não estarem ligadas às demais pró-reitorias, além da importância de cada
95 uma. A conselheira Carina, representante dos servidores docentes, primeira titular,
96 manifestou sua dúvida quanto à minuta do Estatuto. De acordo com a conselheira,
97 após a leitura dos documentos relacionados ao processo, sentiu falta de alguns
98 documentos, o que gerou determinadas dúvidas, como o modo que ocorre a criação e
99 a extinção de pró-reitorias no IFTO. Antonio esclareceu que o processo de criação e
100 extinção está sendo conduzido na Reitoria, que a alteração de documento
101 institucional é prevista no Estatuto e, justamente por isso, na reunião passada do
102 Conselho foi necessário suprimir o ponto de pauta do Regimento Geral, pois não
103 havia sido observado que o primeiro documento a ser alterado deveria ser o Estatuto.
104 O Estatuto já traz essa nomenclatura, já o Regimento Geral define essas atribuições
105 depois de prevista a existência da estrutura pelo Estatuto. Então, o processo de
106 alteração de estrutura passa pela aprovação do Estatuto, ou seja, uma vez aprovado
107 ou alterado o Estatuto, está alterada a estrutura. Dessa forma, não se modifica nada
108 antes da alteração do Estatuto. Carina explicou que, pelos documentos do processo,
109 entendeu a forma de criação, e aproveitou a oportunidade para parabenizar a
110 instituição pela criação da comissão para revisar os atos e documentos do Estatuto e
111 do Regimento Geral. No entanto, ela enfatizou sua preocupação ao perceber que no
112 Memorando n.º 130/2017 – PAL/REI/IFTO, despachado pelo professor Otaviano
113 Sidnei Furtado, presidente da comissão, que esta teve pouco mais de um ano para
114 analisar e discutir todos os documentos, inclusive o Estatuto, e mencionou que na
115 segunda minuta com a proposição de extinção e de criação de uma nova pró-reitoria
116 não há um parecer técnico da inoperância da Pró-reitoria de Desenvolvimento
117 Institucional – Prodi –, a justificativa de sua extinção, além de não constar parecer da
118 comunidade após consulta a todos os *campi*. Em seguida, Carina fez o
119 questionamento de que se a Reitoria é constituída por um organograma no qual o
120 Consup é o órgão deliberativo e seus conselheiros representantes da comunidade, as
121 votações devem acontecer após parecer técnico constando os motivos pelos quais a
122 Diretoria de Assuntos Estudantis – DAE – deve se tornar uma pró-reitoria, e a Prodi
123 deve ser extinta. Carina ressaltou que, da forma como consta no documento, a criação
124 e a extinção parecem ser vontade pessoal e que, desta forma, a votação,
125 principalmente pela mudança tão significativa no organograma, é inviável para os
126 conselheiros. Ressaltou que a criação de uma pró-reitoria e extinção de outra
127 desmerece o trabalho realizado pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional,
128 além da nova pró-reitoria abarcar funções que hoje são desenvolvidas pela Pró-
129 reitoria de Ensino. Citou que não houve estudo e nem manifestação estudantil para
130 análise na tomada de decisão e que, como conselheira, não se acha apta a votar diante
131 de uma mudança tão radical e comprometidora em relação ao organograma, sem
132 parecer técnico e sem consulta à comunidade. Frisou que a responsabilidade dos
133 conselheiros é institucional e que todas as pró-reitorias trabalham para assuntos
134 estudantis. Alegou sentir-se desamparada para poder fazer a escolha, não colocando-
135 se contra ou a favor, mas justificou que, enquanto profissionais, conselheiros e
136 representantes de uma instituição de tanta importância no Estado, não se pode votar
137 um organograma sem conhecimento técnico e sem a opinião da comunidade. Antonio
138 informou que os documentos questionados pela professora Carina haviam sido
139 adicionados à justificativa da alteração de estrutura, no Regimento, inclusive com

parecer jurídico, observando-se todas as questões levantadas. Salientou que o equívoco de interpretação que não pode ser cometido é o de que a supressão de uma pró-reitoria e a criação de outra ocorreu pela inoperância de determinada parte, o que não ocorreu em momento algum, pelo contrário, observou-se toda a reorganização estrutural proposta dentro da Instituição. Informou que a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional responde por três grandes áreas: a parte de infraestrutura, em que se concentra engenharia civil, arquitetura, engenharia elétrica, segurança do trabalho e engenharia ambiental; a área de planejamento estratégico institucional, em que se concentram os economistas; e ainda a área de tecnologia da informação – TI. Informou ainda que a percepção não foi pessoal, mas sim obtida por meio de diálogo com os colegas que atuam no setor, tanto que não houve discordância do processo entre os colegas que participaram de toda a constituição e reformulação estrutural. Antonio frisou que essas três grandes áreas não interagiam dentro da mesma pasta. Infraestrutura, planejamento estratégico e TI não atuavam de modo integrado, apesar de estarem inseridas no mesmo tronco. Acentuou que uma pró-reitoria congrega assuntos correlatos que tem as suas especificidades, mas que atuam de modo integrado, o que não é a representação que se tem dentro da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional. O objetivo da mudança é empoderar cada uma dessas áreas. Por exemplo, a área de tecnologia da informação, que no momento está vinculada a uma pró-reitoria, com a nova proposta, torna-se uma diretoria sistêmica, ou seja, ela passa a estar vinculada diretamente ao reitor, sendo assim, retirou-se um intermediário desse processo. O planejamento estratégico, vinculado ao desenvolvimento institucional, passa a ter ligação mais direta com a Pró-reitoria de Administração – Proad. Antonio afirmou que chegou-se a esse modelo por meio de várias discussões; citou também o entendimento de que a vinculação poderia se dar com uma diretoria sistêmica ligada diretamente ao gabinete do reitor, mas que, ao final, optou-se por mantê-la dentro da Proad, pois compreendeu-se a dificuldade do reitor em gerir várias atividades distintas com tantas diretorias sistêmicas, além do entendimento de que a Diretoria de Planejamento Estratégico tem muita afinidade com a área de administração, e esta proximidade força a busca da execução somente de ações que tenham vinculação direta com o planejamento institucional, o que até então não ocorria. Antonio justificou sua afirmação citando a elaboração do Plano Anual de Atividades Institucionais – PAAI –, e afirmou que, apesar do planejamento, todos os processos institucionais são executados sem analisar o documento, pois a instância de planejamento se encontra dentro da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional sem que haja interação com a área de administração. Antonio afirmou que a discussão girou em torno da inoperância, buscando otimizar ou melhorar as posições. Deu continuidade à explanação, instruindo sobre a terceira área – infraestrutura, e justificando que, ao torná-la diretoria sistêmica, do ponto de vista de empoderamento, não houve restrição, pelo contrário, todas as áreas ficaram vinculadas diretamente ao reitor, sem intermediário, ou foram reposicionadas em partes, conforme afinidades. Mencionou a adição de uma estrutura mais robusta nesta Diretoria de Infraestrutura, criando outras coordenações, empoderando cada uma das subáreas ali existentes, e enfatizou que o trabalho foi bastante analisado e estudado com o corpo técnico envolvido em cada uma dessas três áreas. Quanto à criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – Proae –, Antonio esclareceu a todos os conselheiros e à comunidade que acompanhava a reunião, que o modelo ainda não representa seu interesse pessoal. Justificou que a proposta ou o modelo por ele defendido teria a supressão de outras pró-reitorias, a criação da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, a fusão da Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão, tornando-se Pró-reitoria

190 de Pesquisa, Extensão e Inovação, afirmando que esse seria seu interesse pessoal.
191 Reafirmou que o seu interesse não é o que está sendo representado, mas sim a
192 vontade da comunidade e o resultado da discussão que foi conduzido. Continuou
193 informando que a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis é extremamente importante
194 para a conquista do objetivo da instituição nessa gestão que se inicia. Enfatizou a
195 importância dela no fortalecimento da participação dos estudantes nos processos
196 institucionais e justificou que não há forma melhor de se fazer isso do que
197 constituindo uma pasta específica para construir essa relação com os estudantes.
198 Afirmou ainda que toda a instituição funciona em prol do estudante, que deve
199 usufruir dessa estrutura, e que é preciso ter uma instância dedicada especificamente a
200 isso. Informou que esse modelo já foi adotado em outras instituições, inclusive na
201 Paraíba, onde iniciou-se essa perspectiva e tem conquistado grandes avanços. De
202 acordo com Antonio, é esse panorama que se tem almejado, visto que o objetivo é
203 olhar para quem está avançando e buscar modelos similares. Informou também que o
204 trabalho foi desenvolvido com a Diretoria de Assuntos Estudantis, que sequer
205 constava no Regimento Institucional. Salientou que a gestão tem buscado, com as
206 alterações propostas, seguir o trâmite correto, e que, em momento algum, foram
207 criadas estruturas pelo gestor e, exatamente por isso, as propostas foram conduzidas
208 ao Consup para consulta e aprovação e, se aprovadas, o Instituto passa a ter essa nova
209 estrutura; não sendo aprovadas, o trabalho continua a ser desenvolvido como
210 atualmente. Antonio salientou a importância em se observar o contexto institucional,
211 a forma como se construiu a proposta, que surgiu em um momento político, ouvindo
212 os estudantes e validada com o resultado do processo eleitoral; frisou que havia duas
213 correntes, uma que defendia essa proposta e a outra, não. Informou que a Pró-reitoria
214 de Assuntos Estudantis tratará de diferentes temas, todos diretamente relacionados
215 com a articulação das entidades estudantis, como centros acadêmicos – CAs – o
216 Diretório Central dos Estudantes – DCE – e associações atléticas. Além disso, terá
217 também uma coordenação para cuidar especificamente do processo seletivo, pois este
218 é o primeiro contato do estudante com a instituição; defendeu ainda que o processo
219 seletivo não é apenas uma prova, mas sim um processo contínuo no qual o resultado
220 dessa avaliação precisa retornar para alteração de ações institucionais e também
221 servir para alteração de ações de parceiros. Mencionou a necessidade de ter uma
222 coordenação que atue diretamente no acesso do egresso ao estágio, que acompanhe
223 diretamente o estudante na busca por esse espaço após sua saída da instituição.
224 Demonstrou sua preocupação acerca da discussão sobre diversidade, informando que
225 haverá uma coordenação para tratar da diversidade de gênero e de todas as outras
226 temáticas relacionadas. Citou também a criação de uma coordenação de assistência
227 estudantil para tratar dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil –
228 Pnaes – e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae –, inclusos também
229 os assuntos relacionados ao esporte. Dessa forma, um conjunto de temas que antes
230 estavam pulverizados em outras partes, apesar de tratados em algum nível da
231 instituição, estarão agora ligados. Antonio informou que nessa mesma perspectiva
232 está ligada a proposta de encerramento da Pró-reitoria de Desenvolvimento
233 Institucional e a criação da nova pró-reitoria, com o intuito de reunir vários temas,
234 que antes estavam desconexos, em um mesmo setor. A conselheira Carina pediu
235 desculpas ao presidente pelo uso da palavra inoperância em relação à extinção da
236 Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional. Explicou que não foi o que ela quis
237 dizer e que a palavra foi usada no sentido de que não há parecer acerca da mudança
238 no processo. Como o próprio presidente mencionou, os servidores técnicos trabalham
239 nesses setores há muito tempo, e deveriam, portanto, ter sua avaliação questionada.

240 Carina alegou que deveria constar no processo um parecer dos técnicos, apresentando
241 para a comunidade justificativas da nova alocação dos setores, pois a comunidade
242 não tem ciência e não pode confiar em seu voto caso ela vote sem o devido
243 documento no processo. Alegou que a situação é muito séria e que é nesse sentido
244 sua preocupação quanto às mudanças nos setores e à votação dos conselheiros. Para
245 Carina, o voto precisa ser transparente, e o porquê da mudança do organograma
246 precisa estar claro no processo; para isso, é necessário parecer técnico e da
247 comunidade do IFTO concordando ou não com essa extinção. Justificou que, em
248 momento algum, quis dizer que as pessoas que trabalharam e trabalham na
249 supracitada pró-reitoria não trabalharam, enfatizou que seu questionamento é outro, é
250 a não apresentação da proposta à comunidade e à falta de pareceres. Em relação à
251 Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, a conselheira mencionou a oportunidade de
252 trabalhar na Pró-reitoria de Ensino recentemente, a qual abarcava a Diretoria de
253 Assuntos Estudantis; desse modo, pôde observar de perto o empenho, a dedicação, o
254 trabalho e a gestão participativa dessa diretoria, e aproveitou a oportunidade para
255 parabenizar o trabalho incansável do Higor Fernando Arruda Lira, atualmente diretor
256 de Articulação Estudantil. Carina questionou o motivo de a vontade da comunidade
257 estudantil citada pelo professor Antonio não constar no documento, insistiu em saber
258 se a comunidade concorda ou não com a nova proposta. Em relação aos documentos
259 da Procuradoria, fez a observação de que leu as informações no Regimento, mas que,
260 naquele momento, a votação se tratava do Estatuto, e que não poderia haver confusão
261 entre os documentos. Salientou que não estava questionando a essência da pró-
262 reitoria, mas que, enquanto conselheira, não se sentia apta a votar em um documento
263 sem conhecimento do parecer técnico, inclusive da própria Pró-reitoria de
264 Desenvolvimento Institucional e da comunidade. Alegou que, se a Instituição é
265 democrática, deveria haver essa consulta, e não seria porque fora eleita como a
266 primeira titular docente que iria votar em nome das pessoas que representa, de acordo
267 com sua opinião, sem o documento necessário. Afirmou também não ter coragem de
268 assumir que votou na mudança do organograma mesmo sem a documentação
269 suficiente, o qual, inclusive, foi avaliado pela própria comunidade porque criou-se
270 uma comissão para tal; no entanto, na minuta apresentada à comunidade não consta a
271 extinção e a criação de pró-reitorias. Enfatizou que essa é a sua preocupação, e que
272 não se sentia apta a votar sem um documento que prove a vontade da comunidade e
273 nem um parecer técnico. Finalizou pedindo aos conselheiros que pensassem sobre o
274 assunto antes da votação. Antonio disse que talvez esteja acontecendo um equívoco:
275 o Estatuto só foi alterado após a constituição do Regimento Geral, o qual trazia essa
276 mudança nas pró-reitorias; somente após todo o processo constituído é que se
277 observou que deveria ser feita a alteração das nomenclaturas no Estatuto antes de ser
278 aprovado o Regimento. Em virtude disso, o Estatuto não foi apresentado para a
279 comunidade, até porque o Regimento Geral havia sido disponibilizado, ou seja, a
280 proposta trazida para votação já havia sido posta à disposição da comunidade, da qual
281 houve cinco contribuições, as quais foram todas adicionadas ao documento
282 encaminhado para parecer jurídico. Dessa forma, todas as justificativas de todas as
283 alterações estruturais foram adicionadas ao processo do Regimento Geral. Antonio
284 informou que a manifestação da criação de Pró-reitoria de Assuntos Estudantis não
285 era recente, pois foi uma solicitação protocolada pelos estudantes na carta do CONIF
286 2015 do movimento estudantil. Antonio afirmou que o documento existe, foi
287 apresentado à comunidade por diversas vezes, e que todo o trâmite foi seguido;
288 explicou que após a deliberação das discussões e a disponibilização dos documentos
289 do Regimento Geral à comunidade, houve a alteração de nomenclatura no Estatuto –

290 de Desenvolvimento Institucional para Assuntos Estudantis. Portanto, o Estatuto não
291 foi disponibilizado à comunidade, mas o Regimento Geral, que traz toda a estrutura
292 organizacional, foi disponibilizado à comunidade para apreciação, no mesmo trâmite
293 que tem sido adotado até então, e que todas as cinco contribuições que chegaram
294 foram adicionadas na íntegra ao documento. Informou também que não houve
295 nenhum questionamento da comunidade sobre o motivo de criação e extinção de pró-
296 reitorias. O presidente foi incisivo ao dizer que não vê motivo para a preocupação da
297 conselheira Carina, visto que o trâmite fora seguido. Reforçou que toda a alteração
298 inclusa no Estatuto que não foi manifestada pela comissão anterior dizia respeito
299 apenas à alteração estrutural, como consta no Regimento Geral, o qual já foi
300 apreciado pela comunidade; a necessidade de alteração do Estatuto só foi identificada
301 posteriormente. O conselheiro Marcus André Ribeiro Correia, representante dos
302 servidores docentes, saudou todos os presentes e elogiou o reitor com relação aos
303 pareceres jurídicos, explicou que os conselheiros precisam desse apoio com algumas
304 deliberações que necessitam de aval jurídico, pois sem uma visão técnica, é mais
305 difícil justificar seu voto. Quanto à questão apresentada, de que toda mudança no
306 Regimento Geral deve ocorrer primeiramente no Estatuto, informou que sentiu falta
307 no processo de informações, pois no processo disponibilizado aos conselheiros a
308 única mudança apresentada é a nomenclatura. Explicou que, apesar de a mudança
309 constar no Regimento, os conselheiros sentem-se inseguros para avaliarem e
310 direcionarem o voto. Questionou se dentro dessa nomenclatura não poderia ter sido
311 inserido o Regimento para análise do organograma dessa nova pró-reitoria e
312 visualização de como ficou a distribuição dos cargos da Pró-reitoria de
313 Desenvolvimento Institucional, que é uma pró-reitoria importante na instituição.
314 Considerou relevante a preocupação da conselheira Carina em relação à consulta à
315 comunidade, mas que não inserida no processo relacionado ao Estatuto, e também
316 informou que sentiu falta de um documento que mostrasse a real mudança proposta,
317 além do parecer da procuradoria no referido processo. Antonio informou que poderia
318 ser feita a vinculação dos processos, pois seria mais prático vincular os processos do
319 que inserir um novo documento, podendo dar a falsa impressão de que são
320 documentos distintos, facilitando também a localização. Salientou que o Estatuto não
321 prevê a descrição total do organograma, o que só ocorre no Regimento. Com a
322 palavra, Luís Henrique Cirqueira da Silva, representante dos discentes, citou o
323 Seminário de Assistência Estudantil ocorrido em agosto, com a participação de todos
324 os representantes dos estudantes de cada *campus* e os gremistas. Informou que,
325 durante o seminário, em conversa com todos eles, foi identificada a necessidade da
326 Pró-reitoria de Assistência Estudantil, pois os gremistas e os representantes dos
327 estudantes estão ligados diretamente às Coordenações da Assistência Estudantil –
328 CAEs –, que não resolvem os problemas de articulação. Para Luís, muitos problemas
329 seriam cessados nos campi com resoluções ou orientações advindas diretamente da
330 pró-reitoria. Frisou que foi redigida uma carta em que todos os estudantes
331 manifestaram-se a favor da criação da pró-reitoria, pois seria necessária essa conversa
332 direta com a gestão, e questionou se todas as pró-reitorias existentes tem o dever de
333 trazer benefícios aos estudantes, por que não se poderia incluir uma direcionada
334 somente para eles. Afirmou que, a partir da vontade dos estudantes, verifica-se que
335 existe a necessidade de se criar a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. O conselheiro
336 Wily Rosário da Silva, representante dos servidores técnico-administrativos, terceiro
337 titular, corroborou o entendimento do reitor, e informou que percebeu algumas
338 dificuldades, enquanto gestão, com relação ao assunto planejamento, pelo fato de a
339 Prodi não possuir uma estrutura, como uma gerência, no *campus*. Disse ainda que

340 percebeu avanços com essa flexibilização da área de planejamento da Prodi para a
341 Proad; no entanto, afirmou que falta à Pró-reitoria de administração uma estrutura
342 organizacional em todos os *campi*, pois as políticas planejadas na Reitoria são bem
343 executadas aqui, mas como os *campi* não têm essa estrutura, há dificuldade de
344 implementar as ações referentes ao planejamento estratégico, como as do Plano
345 Anual de Atividades Institucionais – PAAI – e o Plano de Desenvolvimento
346 Institucional – PDI. O servidor vê, portanto, essa flexibilização como um avanço.
347 Aos outros conselheiros, Wily disse que é preciso entender que há um processo de
348 consulta eleitoral e, nesse processo, os candidatos apresentam uma plataforma, a qual
349 é aprovada e cobrada pela comunidade. Para ele, a cada eleição haverá alteração do
350 Estatuto. Justificou que todo gestor, quando inicia seu trabalho, faz mudanças para
351 adequações, mas também considera que é pertinente o pedido dos conselheiros
352 quanto a respaldos técnicos e pareceres. Informou que, como administrador, entende
353 que a administração é flexível, e que estruturas criadas são passíveis de mudanças
354 com o tempo, de acordo com a conjuntura política e também com as políticas
355 públicas. Como conselheiro, afirmou que espera que as mudanças sejam aprovadas
356 pelo Conselho, e que esse novo formato possa resultar na melhoria dos índices de
357 evasão e repetência, da imagem da instituição, enfim, de todos os serviços prestados
358 à comunidade. Finalizou afirmando que acredita ser perfeitamente compreensível as
359 alterações em função da flexibilidade e da própria dinâmica do mundo atual. O
360 conselheiro Cristiano Fernandes Mateus, representante do Colégio de Dirigentes,
361 primeiro titular, diretor-geral do *Campus* Araguaína, saudou todos os presentes,
362 elogiou a iniciativa da gestão e citou um ponto para observação: a ampliação da
363 representação, visto que na nova configuração proposta haverá dois técnicos
364 administrativos e os estudantes representados. Relembrou que o processo eleitoral é
365 paritário, cada classe, técnico administrativo, docente e discente, forma 33,36%.
366 Cristiano afirmou não haver problema na criação da nova pró-reitoria, visto que os
367 alunos se sentirão mais representados, mais empoderados. Com relação à Prodi,
368 informou que não a vê como inoperante, pelo contrário, salientou que a pró-reitoria
369 desenvolveu muito bem o seu papel, mas justificou que, na nova composição, com
370 uma diretoria sistêmica vinculada ao reitor, o papel dos profissionais da área tornar-
371 se-á mais prático e o trabalho será mais produtivo. Com relação à parte de obras,
372 Cristiano informou que o IFTO já está caminhando para uma fase de consolidação,
373 informou que, em um primeiro momento, a Prodi acompanhou e executou as obras,
374 mas que, neste momento de estabilização, iniciará a preocupação com a manutenção
375 dessas obras. Com a relação à representação da comunidade, Cristiano mencionou
376 que todos os conselheiros foram eleitos pela comunidade, que os documentos tiveram
377 seu momento de apreciação e contribuições, e que nada impede o conselheiro
378 representante de uma determinada classe consultar os seus pares e, se ainda se sentir
379 inseguro, poderá fazer consulta institucional, via formulário ou outro meio, mas
380 quem não fez, poderá fazer em outro momento. Cristiano defendeu a aprovação das
381 mudanças propostas e o posicionamento dos conselheiros quanto às demandas,
382 afirmou que é preciso posicionar, mostrar a identidade, inclusive porque a eleição
383 para reitor se deu da forma mais adequada possível e as mudanças apresentam o
384 avanço da representação. Disse também que os conselheiros devem debater o melhor
385 para a instituição, e não acredita que todas as demandas devam ser pautadas em
386 parecer jurídico; se a legislação permite a criação de cinco pró-reitorias, é preciso
387 configurá-las da forma que melhor represente a comunidade. Para ele, esse modelo
388 atual representa muito bem a comunidade. A conselheira Milene Ana Silva Araújo
389 Wermuth, representante dos discentes, fez algumas colocações, com base nos quatro

390 anos em que esteve envolvida com a Coordenação de Assistência aos Estudantes.
391 Afirmou que o trabalho como coordenadora de assistência ao estudante não significa
392 representar o aluno. Disse que, ao mesmo tempo em que fica feliz com a criação da
393 Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, visto que as demandas podem ser tratadas,
394 acredita que essa pró-reitoria não representa os alunos; se representasse, o aluno
395 estaria em sua gestão. Explicou que é um servidor técnico-administrativo que está
396 sendo escolhido para fazer atendimento às demandas que surgem. Milene questionou
397 se os atendimentos dessas demandas terão publicidade e se os alunos terão acesso a
398 essa pró-reitoria de maneira mais legítima de maneira a atendê-los em todas as suas
399 necessidades. Salientou a importância da representação dos alunos junto à gestão, e
400 que o gestor á frente dessa pró-reitoria tenha mais articulação não só entre grêmios,
401 DCEs, atléticas, mas com todos os alunos, pois nem sempre o grêmio, o DCE ou a
402 atlética representam o aluno. Frisou que votos ou processos eleitorais às vezes podem
403 ser corrompidos. Finalizou parabenizando a iniciativa da criação da pró-reitoria, mas
404 solicitou que esta tenha o cuidado de não representar, mas sim de atender às
405 demandas dos alunos. O conselheiro William de Sousa Dias, representante dos
406 servidores técnico-administrativos, falou sobre processo democrático questionado,
407 parabenizou o reitor pela iniciativa da criação dessa nova pró-reitoria e pela alteração
408 do Estatuto e do Regimento, e por seguir à risca suas propostas durante o processo
409 eleitoral e o plano de campanha. Afirmou que mais importante do que o nome da pró-
410 reitoria são os processos que ela desenvolve, afirmou que a amplitude dos processos
411 desenvolvidos nas pró-reitorias era muito grande e, com esse novo formato, tem-se
412 aglomerações específicas e processos afins. William questionou a conselheira Carina
413 sobre quem seria o técnico a fazer o parecer sobre a estrutura, e informou que, como
414 servidor da área técnica, não vê problema na divisão dessa estrutura, e que um motivo
415 para não aprovar ou fazer uma nova avaliação do documento seria, por exemplo, um
416 abaixo-assinado dos professores e da comunidade reivindicando alterações. Ruth
417 Caetano Cardoso, representante da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores
418 e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins – FETAET –, ressaltou a
419 importância da representatividade dos alunos quando se desmembra e extingue a
420 pulverização, fortalecendo tanto ações internas como ações existentes nas
421 organizações dos estudantes, permitindo maior fortalecimento do diálogo e da
422 articulação entre essas organizações. Com relação ao Estatuto e ao Regimento,
423 afirmou que é preciso driblar determinadas burocracias sem comprometer o que é
424 mais importante – o trâmite do processo que será deliberado. Ruth informou que a
425 Federação está em uma missão grande, semelhante a do IFTO, pois está
426 desmembrando da sua representação os assalariados rurais, categoria forte e que
427 precisa ser fortalecida por uma organização específica. Afirmou que, dentro da
428 estrutura complexa que existe no IFTO, os alunos precisam ter seu espaço, é
429 necessário que esse espaço de representação seja fortalecido. O conselheiro Diogo
430 Carvalho, representante dos servidores técnico-administrativos, manifestou-se
431 dizendo ter entendido o questionamento da professora Carina, que este foi em relação
432 ao cuidado e zelo com a justificativa da mudança e que a conselheira não quis entrar
433 no mérito da criação ou não da pró-reitoria. Em relação às falas dos conselheiros
434 Cristiano e William, Diogo afirmou que, em se tratando da criação da Pró-reitoria de
435 Assuntos Estudantis, também considera essencial o respeito ao ambiente e às
436 escolhas democráticas de processos eleitorais. Afirmou que o professor Antonio
437 trouxe claramente a criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis em seu plano de
438 trabalho, e que o processo e a escolha democrática da comunidade deve ser
439 respeitado. Diogo disse acreditar na melhoria do IFTO com a possibilidade de criação

440 da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e citou a Universidade Federal do Tocantins –
441 UFT – como exemplo. O conselheiro Fernando de Paula e Silva, representante dos
442 servidores discentes, manifestou-se quanto à criação da nova pró-reitoria e sua
443 importância, justificando que os acadêmicos não tinham como nem onde sanar as
444 suas necessidades, e pediu que fosse dada maior publicidade a essa pró-reitoria. A
445 conselheira Mirian Peixoto Soares da Silva, representante do Colégio de Dirigentes,
446 informou que o professor Antônio e a secretária Kelly já haviam vinculado os dois
447 processos, o do Estatuto e o do Regimento, conforme sugerido, e que concorda com a
448 importância das justificativas nos dois processos. Afirmou que é a favor da criação da
449 Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, assunto bem discutido no processo eleitoral e
450 anseio da comunidade. Referiu-se à pró-reitora Marilene Dantas Sepulveda e sua
451 equipe, que desenvolvem e que continuarão a desenvolver um bom trabalho, cada vez
452 mais próximo dos alunos. O conselheiro Lucas Nunes Rodrigues, representante da
453 Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura
454 – SEDEN –, informou que, vindo de movimento estudantil, entende que a Pró-
455 reitoria de Assistência Estudantil é uma demanda antiga e que é, sem dúvidas, uma
456 estrutura que pode articular orçamento estudantil, o orçamento do Pnaes, sendo sua
457 criação muito importante não só para a comunidade, mas também para o
458 desenvolvimento das universidades e dos Institutos Federais. Nessa perspectiva,
459 acredita que essa pró-reitoria atenda todos os *campi* do Instituto, e que consiga fazer
460 um orçamento com um debate participativo acerca do orçamento do Pnaes. Sabe-se
461 que temos um orçamento elevado para garantir de fato a democratização do acesso à
462 instituição e, além disso, garantir a inclusão de todos os alunos vulneráveis
463 socioeconomicamente. Dessa forma, acredita que deve ser organizada uma estrutura
464 na pró-reitoria que, de fato, atenda à demanda da comunidade acadêmica. O
465 conselheiro Wily sugeriu a inserção do artigo 9, que trata das competências do
466 Conselho Superior, no Estatuto ou no Regimento do IFTO. O presidente informou ao
467 conselheiro que se for de interesse dos demais conselheiros, após deliberação, a
468 sugestão seria feita de modo explícito, mas explicou que o Consup já é a instância
469 recursal dentro da Instituição para qualquer assunto, visto ser sua instância máxima.
470 Exemplificou citando o processo eleitoral que, após definido pela comissão, só se
471 concretiza no Consup, e ainda afirmou sobre a possibilidade de, mesmo sem
472 apresentação de recurso, que o Consup reveja todo o processo. Antonio disse que não
473 sabe se há necessidade de explicitar dessa forma para fins eleitorais, pois,
474 explicitando para essa finalidade, podem surgir dúvidas quanto a outras. Wily
475 informou que no processo eleitoral anterior, ele consultou o presidente do Consup e,
476 naquela ocasião, foi-lhe informado de que as decisões da comissão central eram
477 soberanas, não cabendo recurso a nenhuma instância. Antonio informou que nem
478 mesmo as decisões do reitor são soberanas. O conselheiro Cláudio de Sousa Galvão,
479 representante dos servidores docentes, lembrou que em uma reunião do Conselho
480 Superior, na homologação do resultado da eleição, foi apresentado um recurso ao
481 Consup pelo conselheiro representante dos servidores técnico-administrativos
482 Leonardo Brasil Carvalho. Cláudio explicou que, mesmo com o processo eleitoral
483 finalizado, foi apresentado recurso ao Conselho, que foi aceito. Por não haver mais
484 indagações, o presidente do Conselho deu prosseguimento à deliberação acerca da
485 alteração do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
486 Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de
487 Informações sob o n.º 23236.011883/2017-71. O ponto foi submetido à votação,
488 sendo aprovado por vinte e dois votos favoráveis e uma abstenção. O presidente
489 declarou o Estatuto aprovado. Não havendo mais nada a tratar, o presidente

490 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, e eu, Kelly Cristina Rocha
491 Azarias, secretária em substituição do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que,
492 depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente e pelos membros
493 deste conselho que compareceram à reunião.



Avenida Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul
CEP 77020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.031908/2018-44

SEI nº 0678549